



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**KETLEN BASSO**

**“O Asteroide”:**  
a ação de um jornal abolicionista no interior da Bahia (1888-1889)

**ERECHIM  
2023**

**Ketlen Basso**

**“O ASTEROIDE”:**

a ação de um jornal abolicionista no interior da Bahia (1888-1889)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para obtenção do título de graduação em Licenciatura em História.

Orientador Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga

**ERECHIM**

**2023**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Basso, Ketlen

"O Asteroide": a ação de um jornal abolicionista no interior da Bahia (1888-1889) / Ketlen Basso. -- 2023. 34 f.

Orientador: Doutor Dr. Gerson Wasen Fraga

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim,RS, 2023.

1. 1. Abolicionismo. 2. Escravidão. 3. Jornal. I. Fraga, Gerson Wasen, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título. I. Fraga, Dr. Gerson Wasen, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**KETLEN BASSO**

**“O Asteroide”**: a ação de um jornal abolicionista no interior da Bahia (1888-1889)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em: 08/02/2023.

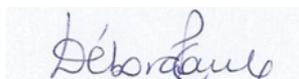
**BANCA EXAMINADORA**



Gerson Wasen Fraga  
Orientador



Caroline Rippe de Mello Klein  
Avaliadora



Débora Clasen de Paula  
Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Chegando ao fim desta caminhada de suma importância, de muito esforço e dedicação e que, agora, abre as portas para uma nova etapa, não tenho palavras para agradecer as pessoas que confiaram em mim, me apoiaram e me incentivaram, tanto nos momentos alegres como nas horas difíceis.

À minha família: minha mãe Adelia e meu pai Marcos e ao meu namorado Marcos que são a minha maior riqueza e estão presentes em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, me incentivando e me apoiando nas minhas escolhas.

Aos demais familiares agradeço por toda a ajuda no decorrer da minha trajetória.

A todos os amigos, pelo apoio e incentivo que foi de fundamental importância nesta caminhada.

Aos professores (as) do curso de História que me instruíram para a formação e, em especial a meu professor Gerson Wasen Fraga, meu orientador do trabalho de conclusão de curso. Não poderia deixar de agradecer também a professora Débora Clasen De Paula pois ela também fez parte deste trabalho.

A todos um abraço e muito obrigado!

## RESUMO

Esta monografia de Trabalho de Conclusão de Curso pretende analisar o jornal abolicionista O Asteroide entre os anos de 1887 e 1888. A metodologia desenvolveu-se a partir do levantamento bibliográfico, buscando estabelecer uma rede entre autores ligados com a temática escravidão e abolicionismo e amparados pela análise nas matérias publicadas pelo jornal O Asteroide. A monografia é estruturada em dois capítulos: no primeiro, “Um jornal Abolicionista: O Asteroide”, será abordado como foi o surgimento do jornal abolicionista e como este trata a temática da escravidão e o abolicionismo; no segundo “A análise de O Asteroide”, analisamos o periódico e sua contribuição para os estudos historiográficos.

**Palavras-chave:** Abolicionismo. Escravidão. Jornal.

## **ABSTRACT**

This Course Completion Work monograph intends to analyze the abolitionist newspaper *O Asteroide* between the years 1887 and 1888. The methodology was developed from the bibliographic survey, seeking to establish a network between authors linked to the subject of slavery and abolitionism and supported by the analysis of the articles published by the newspaper *O Asteroide*. The monograph is structured in two chapters: in the first, "An Abolitionist Journal: *O Asteroide*", it will be addressed how the abolitionist journal emerged and how it deals with the subject of slavery and abolitionism; in the second "The analysis of *O Asteroide*", we analyze the journal and its contribution to historiographical studies.

**Keywords:** Abolitionism. Slavery. Newspaper.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 UM JORNAL ABOLICIONISTA: O ASTEROIDE.</b>	<b>10</b>
<b>3 ANÁLISE DE O ASTEROIDE</b>	<b>22</b>
3.1 O DISCURSO ABOLICIONISTA	22
3.2 POETAS E ANÚNCIOS: OUTRAS FACES DE UM JORNAL ABOLICIONISTA	27
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>31</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação despertou meu interesse a história da escravidão, pois a produção historiográfica brasileira sobre essa temática teve um crescimento gigantesco, e diversificou suas análises referentes à escravidão e ao processo de abolição. A questão do escravo, o seu papel social e o seu lugar na História ganharam novos parâmetros a partir da revisão do próprio modo de construção da História e foram temáticas que me chamaram a atenção para trabalhar.

Sendo assim, juntando duas temáticas, a questão do escravo e a abolição, optei por trabalhar com o jornal *O Asteroide*. Para melhor compreender essas questões, trabalhar com o periódico foi a melhor escolha que vislumbrei, pois foi uma fonte de fácil acesso. E encontrar trabalhos que abordassem a mesma narrativa a partir de fontes semelhantes me possibilitou compreender melhor as duas narrativas: como era abordado a escravidão e a abolição nas páginas do jornal.

Nosso estudo se propõe a analisar o jornal abolicionista *O Asteroide* (1887-1888), que durante este período publicou noventa e nove exemplares. Em maio de 1889 voltou às ruas com o exemplar de número cem, em comemoração à lei de 13 de maio. Como já referido, há uma enormidade de trabalhos que foram escritos com relação à escravidão e, também, especificamente, tratando sobre o tema do abolicionismo. Sendo assim, ao analisar o periódico *O Asteroide*, visamos contribuir com essa discussão historiográfica.

O objetivo geral deste trabalho é estudar o jornal *O Asteroide* e como esse abordava o abolicionismo e a escravidão. Elegemos como objetivos específicos verificar como se construía, nas páginas do jornal, a defesa da abolição; identificar como a historiografia tem debatido a escravidão, mais especificamente da escravidão na Bahia; e, por fim, analisar o periódico *O Asteroide* e sua contribuição para os estudos historiográficos referentes ao abolicionismo.

O jornal foi criado em 1887, na cidade de Cachoeira, na província da Bahia, sendo um projeto idealizado por indivíduos do movimento antiescravista. O jornal tinha publicação nas terças e sextas-feiras. A assinatura por mês tinha um custo de 500 réis e por ano de 5\$000. O periódico incomodou a elite local escravocrata ligada à lavoura açucareira que, naquele período, resistia à abolição do trabalho escravo. O *Asteroide*, que se autodeclarava “órgão de propaganda abolicionista”, começou a circular em um momento em que a continuidade do cativo era tema central nos

debates entre proprietários de escravos, parlamentares, juristas, abolicionistas e populares, todos esses empenhados na busca de uma solução viável para o que se definia como “elemento servil”.

A elaboração, publicação e distribuição do jornal envolvia diversos participantes que atuavam como redatores como consta no jornal o nome de Jose Theodoro Pomponet, colaboradores, tipógrafos e distribuidores. Além desses, a participação do público consumidor na aquisição da folha, de forma avulsa ou mediante assinaturas, foi fundamental para o empreendimento, embora suponhamos que o periódico não visasse interesses econômicos, pois possuía como proposta atuar como um órgão de propaganda.

Chama nossa atenção o nome do jornal. Logo no primeiro exemplar, foi reservado um espaço na secção de noticiários justificando sua escolha:

“Asteroide”, vocábulo astronômico, que quer dizer: “globo de fogo” que atravessa as camadas atmosféricas, a maior ou menor distancia da terra, e que faz explosão como uma bomba, com, ou sem ruído, conforme a maior ou menor aproximação do “espaço” à terra; e que por efeito de sua explosão produz o desenvolvimento de milhares de fragmentos luminosos, e erradiação de cores infinitas, cruzando-se em todas as direções, e formando-se outros tantos pequenos asteroides. (ASTEROIDE, 1887, p. 02).

Sobre os colaboradores, foram poucos os que assinaram textos publicados no jornal. A maioria dos editoriais, artigos e matérias aparecem sem autoria definida. Apenas Paulo Mendes e Sulpício de Lima e Câmera saíram do anonimato e registraram seus nomes no final do texto impresso. No grupo responsável pela publicação de *O Asteroide* estavam pessoas de diferentes profissões como professores, médicos, advogados e comerciantes. Os abolicionistas tinham origem em camadas privilegiadas da sociedade, embora nenhum deles tivesse ocupado cargos políticos na localidade.

Os exemplares que serão analisados no decorrer deste trabalho são encontrados no site da Biblioteca Nacional<sup>1</sup>, entretanto os mesmos possuem algumas deficiências que dificultam a interpretação, como, por exemplo, todos possui numeração só não consta a edição de número sete, elemento sempre útil para elucidar o leitor e analista a respeito da datação dos exemplares em questão. Contudo esse

---

1 Os exemplares citados ao longo do texto foram pesquisados através do site da Biblioteca Nacional: [www.bn.gov.br](http://www.bn.gov.br). A grafia original foi mantida.

déficit apenas prejudica a datação dos exemplares, não interferindo de forma nenhuma no conteúdo a ser analisado.

Os redatores do periódico *O Asteroide*, procuravam, através da propaganda, convencer proprietários de escravos e populares da necessidade de lutar pelo fim da escravidão. Para isso se utilizaram de diferentes linguagens e argumentos a fim de atingirem os objetivos políticos traçados durante o tempo de circulação do jornal. Frequentemente se noticiava a fuga de escravos, bem como os maus tratos a eles dispensados pelos senhores.

A escravidão no Brasil foi um fenômeno complexo. A bibliografia especializada registrou a relevância da lógica econômica, das instituições políticas e a resistência dos escravos frente ao sistema. Salientamos a massiva e contínua pressão do movimento abolicionista sobre as instituições políticas e imperiais ao longo de duas décadas e seu caráter decisivo para o desfecho do processo político que levou à abolição, em 1888.

O abolicionismo brasileiro é um fenômeno temporalmente localizado. Seu impacto, porém, transcende o instante de sua ocorrência. Entender o abolicionismo, seus antagonistas e o andamento do processo político da Abolição importa porque o fim da escravidão é um divisor de águas na história do Brasil, e a natureza de seu fim reflete ainda nas formas contemporâneas da desigualdade.

Portanto, este trabalho se dividirá da seguinte maneira: no primeiro capítulo será abordado como foi o surgimento do jornal abolicionista *O Asteroide* e como este trata a temática da escravidão e o abolicionismo em suas páginas. No capítulo dois será feita a análise do periódico *O Asteroide* e sua contribuição para os estudos historiográficos referente ao abolicionismo, ao que se seguirão nossas considerações finais.

## 2 UM JORNAL ABOLICIONISTA: O ASTEROIDE.

Cachoeira era considerada entre o final do século XVIII e início do XIX, uma das cidades mais importantes da Bahia:

O desenvolvimento econômico da região se deu através dos engenhos, tornando-se centro da agricultura do fumo. A economia se dava, portanto, em torno da produção de cana-de-açúcar e do fumo, que servia de moeda de troca na África para a compra de mais escravos, a maioria nêgros, jejes e hauçás, egressos de sociedades africanas ocidentais, muitas já islamizadas de onde vinha nessa época a maioria dos africanos da Bahia. Cachoeira pela forte influência malé, ficou conhecida como “Meca da Bahia” (COSTA, 2016, p. 26).

Os agricultores mais pobres exerciam a agricultura de subsistência e havia aqueles que estavam interessados no mercado de exportação e produziam o fumo em pequena escala. Com menor poder econômico e, portanto, menor acesso a crédito, as fazendas de fumo empregavam menos escravos e absorviam os mais baratos (mulheres, crianças e idosos), porque o cultivo do fumo requer menos esforço do que a produção de açúcar. As zonas açucareiras contavam com maior presença africana, enquanto os crioulos constituíam a maioria da população cativa nas zonas fumageiras de Cachoeira (COSTA, 2016).

Sobre a questão da escravidão, no Recôncavo baiano, assim como em outros locais, os últimos anos da escravidão foram marcados por embates e tensões, envolvendo escravos, senhores, abolicionistas e a população liberta. Para os proprietários estava cada dia mais impraticável o controle sobre os cativos por conta das revoltas e confrontos. Ao longo de 1887 radicalizaram-se os conflitos em Cachoeira, ocasionando assim momentos de apreensão nas fazendas e na cidade. Com isso houve uma perda da legitimidade do sistema escravista, pois a autoridade senhorial era questionada nas áreas rurais e também na urbana. O periódico abolicionista *O Asteroide*, que iniciou sua circulação em 1887, marcado por confrontos e agitações, se auto definiu como um órgão de divulgação das “mazelas e injustiças da escravidão” (SOUZA, 2010).

Desenvolvida por cachoeiranos, a folha *O Asteroide* tornou-se uma das principais formas de militância abolicionista. Estando a serviço da causa da liberdade, os abolicionistas souberam tirar proveito dos jornais como poderoso instrumento de comunicação. Até então a imprensa era utilizada pelos senhores de escravos para defender interesses e aspirações, discutir projetos para a lavoura, noticiar compra e

venda, aluguel e fugas de escravos. O apoio da população ao movimento antiescravista foi tema frequente nas folhas abolicionistas. Portanto, denúncias de maus tratos e de cativo ilegal dos que chegaram depois da lei de 7 de novembro de 1831<sup>2</sup> ganhavam ênfase em suas páginas.

Através da propaganda, os redatores de *O Asteroide* procuraram convencer proprietários de escravos e populares sobre a necessidade de lutar pelo fim da escravidão. Para esse propósito, se utilizaram de diferentes linguagens e argumentos, a fim de atingirem os objetivos políticos traçados durante o tempo de circulação do jornal. Analisaremos seis seções do periódico sobre as diferentes formas de tortura cometidas contra os escravos para melhor entendermos a atuação do jornal.

Referências à violência física e também psicológica de senhores contra escravos circulavam de maneira frequente nas páginas de *O Asteroide*. Era denunciado o comportamento de muitos proprietários e se buscava demonstrar a insustentabilidade das relações escravistas que, muitas vezes, eram caso de polícia. A estratégia era provocar reações de indignação nos leitores, a partir da linguagem usada para retratar o terror nas fazendas ou mesmo no perímetro urbano. Revelava-se assim a intenção dos jornalistas de abalar o poderio senhorial. Ao abordar a imagem de um senhor extremamente cruel e violento, a intenção era evidenciar as nefastas consequências geradas pela escravidão e, assim, conquistar a adesão da sociedade para a causa da liberdade.

Sempre de forma destacada e desordenada, como se estivesse fora de ordem entre as páginas do jornal, os títulos das matérias em que se noticiavam os abusos escravagistas eram adequadamente escolhidos. “Um thung (bandido)”, “Barbaridade”, “Horror Horror”, “Barbaramente”, foram alguns dos títulos utilizados pela imprensa para dar publicidade às crueldades realizadas por senhores que, segundo os articulistas, não tinham hora para atentar “barbaramente” contra o cativo. Percebemos que as ações de maus tratos ou de capturas escravas aconteciam no silêncio da noite ou sob a luz do dia.

---

2 Lei que dava amplos poderes às autoridades judiciais locais para reprimir a chegada de africanos novos. O primeiro artigo da lei de 1831 declarava livres “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil”, à exceção dos escravos fugitivos de outras nações e dos tripulantes de navios. O segundo artigo estabelece as penas e multas para os importadores de escravos, submetendo-os ao artigo 179 do Código Criminal, por crime de reduzir pessoas livres à escravidão (Cfe: MAMIGONIAN, 2011, p. 207-233).

Destacamos dois relatos em que a agressão teria gerado marcas permanentes nos indivíduos. Primeiramente, segundo o texto, a parda Rita apresentou-se ao Sr. Delegado requerendo corpo de delito em seu filho, um menor de idade de nome Syrillo, acusando seu proprietário, João Crisostomo Mascarenhas de ter “barbaramente espancado aquele arrancando a murros, quatro dentes da frente, produzindo grandes hemorragias e deformidade”<sup>3</sup>. O segundo relato foi exposto no dia 3 de abril de 1888. Segundo a nota, após ser surrado durante 24 horas pelo seu proprietário, o escravo de nome Braz teve que enfrentar um “horrível martírio” pois “João Ferreira de Oliveira com uma navalha retalhou as nádegas do escravo, deitando sobre as chagas um molho de pimenta”<sup>4</sup>. Em ambos os casos os articulistas buscavam alertar o leitor sobre as injustiças da escravidão. Percebe-se então que, ao noticiar os dois casos, expondo os nomes e sobrenomes dos proprietários de escravos, sobrenomes provavelmente de fácil localização naquele contexto oitocentista, o jornal destaca os requintes de crueldade impostos a uma criança e a um homem. Espancados, retalhados a navalha, os escravos sofriam violências que lhes laceravam os corpos, mas não a ponto de prejudicar sua capacidade de trabalho. O uso de sal ou urina, dentre outras substâncias, visavam aumentar a dor ao mesmo tempo que agiam na cura e assepsia dos machucados.

Nem sempre os escravos encontravam amparo nas autoridades policiais. Pelo contrário, em algumas situações os policiais e até mesmo o delegado local eram acusados de maltratar os escravos. Um caso noticiado no jornal nos serve de exemplo neste sentido: “Na noite de 3 do corrente, a rua do Dendê nesta cidade, foi barbaramente espancado pelo [terceiro] delegado irmão de Albernaz com praças polícia uma pobre mulher, que diziam escrava; e já preza ainda defronta [defronte] da Matriz foi selvagememente castigada”<sup>5</sup>.

Analisando os anúncios percebemos que o castigo de escravos era um direito dos senhores, uma obrigação, reconhecida e afirmada pelas leis. Como relata Silvia Lara, “ainda que castigar os escravos, fosse um ato reconhecido social e legalmente, era também um ato que colocava alguns problemas: não devia ser executado sem

---

3 O Asteroide, 17 de janeiro de 1888, p. 1.

4 O Asteroide, 3 de abril de 1888, p. 2.

5 O Asteroide, 8 de outubro de 1887, p. 2.

motivos e era eminentemente corretivo. O castigo reconhecido socialmente era pois, um castigo justo e corretivo” (LARA, 1988, p. 59).

Sendo assim, o castigo devia ser moderado para ser corretivo. Castigando-se “humanamente”, não se devia maltratar o escravo nem ter intenção de matá-lo pelo fato de ter custado dinheiro, e este não deveria ser desperdiçado, a não ser que houvesse um motivo justo. O castigo deveria ser ministrado ou presidido pelo senhor e, no caso de o escravo ficar muito ferido, devia ser curado (LARA, 1988).

Nos deparamos com dois pontos importantes em relação ao castigo: o que diz respeito ao senhor que castiga e o que diz respeito a eficácia do próprio castigo. Sob a óptica do senhor de escravos, o escravo representava um investimento em dinheiro. Matar um escravo significava perder o investimento, realizar um ato contra o seu patrimônio. Havia a preocupação de limitar os excessos de castigos: o senhor deveria maltratar com moderação, humanidade, sem crueldade para poder educar, corrigir. “A moderação e a humanidade significavam a preservação do investimento feito e a condição para que o castigo pudesse educar, corrigir, dominar” (LARA, 1988, p. 61).

Em seguida temos o meio mais utilizado, ou seja, castigar com açoites e prisões. Meios que excedessem a força humana impediam que o método fosse eficaz, pois poderiam destruir o escravo, sem serem considerados educativos. O castigo era um direito do senhor, mesmo que executado por outra pessoa. Deveria ser presidido pelo senhor, uma vez que este era o responsável, o agente. Castigar era uma incumbência necessária da condição senhorial (LARA, 1988).

Os instrumentos de castigos e suplícios utilizados pelos senhores eram os mais variados:

Para prender o escravo, usavam-se correntes de ferro, gargalheiras, gorrilhas ou golilhas (que se prendiam ao pescoço), algemas, machos e peitas (para os pés e mãos), além do tronco (um pedaço de madeira dividido em duas metades com buracos para a cabeça, pés e mãos) e o viramundo (espécie de tronco, de tamanho menor, de ferro). A máscara de folha de flandres era usada para impedir o escravo de comer cana, rapadura, terra ou mesmo engolir pepitas e pedras. Os anjinhos (anéis de ferro que comprimiam os polegares) eram usados muitas vezes para se obter confissões. Nas surras, usava-se o bacalhau (chicote de cabo curto, de couro ou madeira com cinco pontas de couro retorcido) ou palmatória. Ferros quentes, com as iniciais do senhor, ou com a letra F para os que fugiam, também eram utilizados, assim como os libambos (argola de ferro presa ao pescoço da qual saía uma haste longa, também de ferro, dirigida para cima e ultrapassando a cabeça do escravo, com chocalhos ou sem eles nas pontas), e até mesmo placas de ferro com inscrições (LARA, 1988, p. 73).

Como podemos observar o açoite foi se firmando como instrumento de uso exclusivo para castigos de escravos ao longo do período colonial. Como relata a autora,

(...) nas Ordenações, ele aparecia como penalidade a ser empregada preferencialmente para peões e escravos culpados de diversos delitos: o escravo incendiário era açoitado e o senhor deveria pagar o prejuízo causado pelo fogo; os furtos de valor igual a meio marco de prata, ou maiores, eram punidos com a morte e todos os que roubassem algo que valesse 400 réis, ou mais, não sendo de qualidade para a pena de morte, deveriam ser açoitados publicamente com baraço e pregão” (LARA, 1988, p. 79).

Com base nessas afirmações, o castigo físico exemplar não foi uma invenção dos senhores coloniais, ele era uma prática constante. Isto não significa, porém, que os castigos aos escravos eram simplesmente repetição do que se passava no nível mais geral. O poder senhorial e a reafirmação da escravidão estavam ligados à reprodução de uma relação de exploração direta do trabalho. A marca nos corpos dos cativos, a sua submissão, a sua condição de escravos reafirmava o poder e a lei dos senhores em geral. Marcava, reativava e dava condições de continuidade ao poder daquele senhor específico sobre aquele escravo específico, disciplinando e produzindo um trabalhador particular, em um local de produção particular.

A sua ação era disciplinadora, não porque se constituía em meio para ordenar o trabalho, dividir e regular, mas porque marcava, nos escravos, as regras de sua submissão, de sua condição de seres submetidos a uma dominação e exploração particular. Como afirma Silvia Lara(1988, p. 96):

(...) enquanto estratégia e dispositivo para reprodução da exploração do trabalho, ele não foi apenas punitivo, mas esteve voltado para o futuro, prevenindo rebeliões, atemorizando possíveis faltosos, ensinando o que era ser escravo, mantendo e conservando os escravos enquanto escravos, continuamente.”

Um novo relato foi exposto pelo Asteroide no dia 20 de abril de 1888. Nele, observamos que “um fazendeiro de nome José Oliveira Borges emprega barbaridades atrozes com seus doze pingados escravizados ao ponto de lhes negar alimento, satisfazendo-se apenas em lhes conceder o dia de sábado para, como se diz, ração, e o que é, sobremaneira bárbaro e desumano, é fazer o mesmo com sua escravizada Antonia, mãe de doze ingênuos que, em um só dia da semana, vê-se na convivência

de prover-se do alimento para uma numerosa prole o que é impossível”<sup>6</sup>. Conforme o destaque, podemos observar que as formas de castigo eram variadas, podendo se tratar de castigo corporal e, também, na forma de não conceder alimento aos seus cativos. Outra passagem destaca a: “[...] forma barbara e desumana que um tal Sr. Januário fazendeiro na freguesia de S. Gonçalo do Carmo, está maltratando uma infeliz, ingênua”<sup>7</sup>. Era comum alguns escravos fugirem quando seu proprietário lhes infringia variados castigos. É o que ocorre em outro relato: “Não podendo mais sofrer tão horrorosos tratos evadiu-se para esta cidade e daqui para a Bahia”<sup>8</sup>.

Em outra passagem do jornal, intitulada “Ainda a Barbaridade”, encontramos: “Ontem em S Félix vimos uma escravizada do Curralinho toda civiciada pelo chicote por um Adolpho que se diz sr”<sup>9</sup>. Como já foi exposto, era comum o senhor ou agregado utilizar instrumentos para cometer o castigo. Os motivos para tal ato eram os mais diversos podendo ser por fuga, para obter confissões, etc.

Fazendo a exposição sobre os castigos físicos e a legislação, nos diz Keila Grinberg: “Quando pensamos em escravidão no Brasil, imaginamos logo cenas de violência. Imagens relativas aos castigos e sevícias a que africanos e seus descendentes escravizados eram submetidos, são as mais conhecidas da escravidão” (GRINBERG, 2017, p. 149).

Embora os castigos físicos exemplares, entre os quais a imobilização em troncos ou os açoites em pelourinhos, que frequentemente culminavam na morte dos castigados, fossem aplicados em situações extremas como a fuga ou a rebeldia, o castigo, assim como o controle sobre as ações dos escravos, fazia parte do cotidiano da escravidão no Brasil.

Durante todo o período colonial e imperial, os castigos infligidos aos escravos eram prerrogativas dos senhores, praticamente uma obrigação, reconhecida e corroborada pelos costumes e pelas leis. “Assim, o castigo, deveria ser justo, só executado quando houvesse motivos e de maneira corretiva, para evitar a reincidência” (GRINBERG, 2017, p. 150). Se o domínio mais amplo sobre a ordem escravista era mantido pelas autoridades coloniais, que reprimiam as fugas e a

---

6 O Asteroide, 20 de abril de 1888, p. 2

7 O Asteroide, p. 2 Ingênuos era a forma utilizada para se referir aos filhos de escravos já nascidos em condição jurídica de liberdade, ainda que imperfeita, após a promulgação da Lei do Ventre Livre.

8 O Asteroide, 14 de fevereiro de 1888 p. 2

9 O Asteroide, 24 de fevereiro de 1888 p. 2

formação de quilombos “a continuidade da dominação dos senhores sobre seus escravos cabia aos próprios senhores” (GRINBERG, 2017, p. 150). Para a autora:

Na época, as penas eram decididas com base no juízo que se fazia sobre a condição do criminoso, a natureza de seu crime e a condição da vítima. Assim, crimes cometidos por escravos eram punidos de maneira diferente dos crimes cometidos por pessoas livres. Apesar disso, muito espaço era concedido à decisão senhorial. Por exemplo, o título 95 do livro V estabelecia que os senhores poderiam prender, castigar e emendar seus escravos, porém não discriminava a pena específica, deixando a eles o poder de decidir quando e como seus escravos seriam açoitados. Da mesma forma, a Coroa preocupava-se com os castigos então considerados excessivos, recomendando que fossem vendidos os escravos desumanamente humilhados. Tais castigos exagerados geraram demandas de escravos contra sevícias especialmente cruéis (GRINBERG, 2017, p. 151).

O novo código despertou a admiração de juristas e criminalistas europeus e latinoamericanos, em função das suas tentativas de formar um conjunto de princípios coerentes que justificasse e limitasse a autoridade do novo Estado que então se fundava. Para Grinberg (2017, p.151), “assim se buscava eliminar resquícios do chamado regime colonial absolutista, com suas punições excessivas e o poder arbitrário do Estado sobre os indivíduos, antes fundamentado no princípio que o rei era a encarnação da vontade divina”.

Com o novo código foram introduzidas algumas mudanças significativas. Primeiro, em relação aos tipos de crime, que passaram a ser três: crimes públicos, “contra a ordem pública instituída, o Império e o imperador” (revoltas, rebeliões ou insurreições, dependendo da abrangência); crimes particulares, “contra a propriedade ou contra o indivíduo”; e crimes policiais, “contra a civilidade e os bons costumes” (incluindo vadios, capoeiras, sociedades secretas, prostituição, crime de imprensa). Ao contrário do período colonial, em que as penas eram definidas com base no crime em si e na condição da vítima e do criminoso, no caso do Código de 1830 as penas eram definidas de acordo com a gravidade do crime perpetrado e variavam de prisão temporária à pena de morte. Nesta ordem, a gradação das penas no Código Criminal de 1830 era a seguinte: prisão temporária, prisão temporária com trabalhos forçados, prisão perpétua, prisão perpétua com trabalhos forçados, banimento e condenação à morte (GRINBERG, 2017, p. 152).

É preciso pensar se os crimes cometidos por escravos eram sempre atos de resistência contra a escravidão, como defendem algumas interpretações. Provavelmente não. Embora nem todo crime significasse luta consciente pela conquista de liberdade, ataques individuais e coletivos contra senhores, feitores e autoridades por quebras de acordo, castigos exagerados e humilhações ocorreram em diversas regiões do país. Ao longo do século XIX, à medida que a escravidão perdia sua legitimidade, crimes cometidos por escravos começaram a ganhar

crescente conotação política. “Eles traduziam um sentimento geral de insatisfação, que se tornou incontrolável na década de 1880, contribuindo para a abolição final da escravidão” (GRINBERG, 2017, p. 152).

A legislação criminal específica para os escravos só deixou de vigorar com a abolição e a proclamação da República. O Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 introduziram muitas mudanças na lei e na prática processual. As mais importantes foram o fim das penas de galés, o banimento e morte (esta, com as exceções para a legislação militar em tempo de guerra). Infelizmente, as distinções existentes entre os habitantes do Brasil daquela época não acabaram em 1888. Para ficar só em um exemplo, a pena de açoites foi oficialmente revogada em 1886. No entanto, ela ainda sobreviveria por décadas, com as chibatadas aplicadas aos marinheiros, não por acaso, em sua maioria descendentes de africanos. Apenas em 1910, amotinados, eles lograram extingui-la.

Após a exposição das matérias em relação aos castigos impostos aos escravos, faremos a abordagem sobre a abolição, destacando alguns anúncios que aparecem no jornal *O Asteroide*.

Uma mobilização abolicionista se configurou a nível nacional nas décadas de 1870 e 1880, evidenciando um crescente engajamento de setores sociais diversos. Aprovada em 1871, a Lei do Ventre Livre suscitou o aumento do número de sociedades abolicionistas, intensos debates no parlamento e também protestos por parte dos proprietários. A legislação comprometia a legitimidade da escravidão no Brasil ao considerar o poder público como mediador das questões de liberdade. Essa legislação emancipacionista foi a que mais provocou mudanças na relação senhor-escravo (COSTA, 2016). Além de libertar os filhos de escravos nascidos após a sua publicação, criou o Fundo de Emancipação, gerido pelo Estado, e estabeleceu o direito do escravo de se libertar por meio de pecúlio. A Lei do Ventre Livre foi uma conquista dos cativos e trouxe consequências importantes para o processo de abolição. A obrigatoriedade da alforria através da apresentação do pecúlio do escravo fez com que se alterasse a antiga política de domínio. Ela trouxe a possibilidade de associações abolicionistas batalharem donativos e comprarem alforrias de cativos, mesmo contra a vontade dos senhores. O que antes era feito em pequena escala, a despeito do Estado, poderia agora ser feito sob o amparo da lei e, eventualmente, de recursos públicos. Demonstrando que eles estavam perfeitamente informados sobre

a nova legislação, a Lei do Ventre Livre criou um espaço jurídico que foi explorado pelos escravos.

Nesse período, houve um aumento no número de cativos que conquistou a liberdade mediante a compra de alforrias, fugas ou por meio de ações de liberdade movidas na arena judicial. Como argumentou Manoela Areias Costa (2016) ao analisar o declínio da escravidão na província da Bahia, diversas estratégias foram usadas para a libertação de cativos. Além das tradicionais reuniões, as sociedades abolicionistas passaram a editar periódicos para propagar suas ideias, bem como a mediar acordos com os proprietários para libertar escravos mediante o pagamento de indenizações, chegando mesmo a defendê-los na justiça.

Na década de 1880, com a difusão do abolicionismo por todas as partes do país, o movimento conseguiu um apoio mais substancial dos setores populares da sociedade. Contaram com a atuação de ativistas de estratos sociais médios e mesmo baixos, além da participação de setores da elite. Podemos afirmar que, nessa época, o movimento abolicionista expandiu tanto o público quanto o espectro de agentes sociais engajados na propaganda política. Segundo Costa (2016), é neste momento também que as ações radicais ganham volume e ousadia, passando a desafiar não só a autoridade senhorial, mas o próprio sistema escravista.

Envolvendo estratos sociais diversificados e revelando um universo complexo e repleto de tensões, o movimento abolicionista se formava e se transformava em um mosaico de cores e ideias. “Abrigava indivíduos e grupos com visões políticas distintas como liberais e conservadores; republicanos e monarquistas; emancipadores e abolicionistas; libertos, senhores e escravos, os quais travavam embates intensos no período da Abolição”. (COSTA, 2016, p.72). Mesmo que suas ideias se diferenciasssem, eles defendiam, em alguma medida, o mesmo objetivo, que era o fim da escravidão que corroía a sociedade brasileira.

Em Cachoeira, os anos que antecederam a Abolição foram marcados por conflitos e tensões sociais envolvendo escravos, senhores, abolicionistas e a população livre e liberta. Por meio de associações abolicionistas e da imprensa, os escravos contaram com o apoio de muitos militantes.

Alguns adotaram medidas legais, geralmente com base nas leis de 1871 e 1885, outros optaram por métodos mais radicais, incitando e acoitando cativos fugidos, despertando, assim, a ira dos senhores de engenho (COSTA, 2016, p. 75).

O movimento abolicionista em Cachoeira contou com a atuação de comerciantes, advogados, médicos, padres, militares, músicos, professores e diversas pessoas do povo. Segundo Costa (2016), fundada em 7 de setembro de 1870, a primeira sociedade antiescravista a ser formada em Cachoeira foi a Sociedade Vinte e Cinco de Junho. Considerada a cidade do interior baiano com o maior número de associações que combatiam a escravidão, na década de 1880, “Cachoeira congregava sociedades, clubes, e gazetas de inspiração abolicionista” (COSTA, 2016, p.76). Fundada a Sociedade Libertadora Cachoeirana em 1884, três anos mais tarde, foi criado o Club Carigé. Sendo assim, os escravos não estavam sós na sua luta contra a escravidão. Além do apoio popular, contaram também com o apoio de militantes abolicionistas para batalhar por liberdade na justiça, se esconderem de capitães do mato e da polícia durante as fugas (COSTA, 2016).

“Diversas pessoas que tendiam a apoiar a Abolição pertenciam às famílias de fazendeiros e mantinham laços familiares e de negócios com a classe dos grandes proprietários rurais” (COSTA, 2016, p.78). O apoio aos escravos não estava desvinculado de questões como disputas políticas ou controle de mão-de-obra de executivos, pois os proprietários tinham seus próprios planos de abolição, que podem incluir a emancipação gradual dos escravos para manter as dependências do movimento abolicionista.

No que diz respeito à compra de cartas de alforria, a Sociedade Libertadora Cachoeirana formou um capital proveniente de joias, contribuições mensais dos escravos, donativos, produtos de leilões, subscrições, loterias e concertos.

Os libertos ou aqueles a quem ela ajudou com parte de seus valores para serem emancipados, eram obrigados a concorrer mensalmente com a quantia para o seu fundo social, sob pena de serem julgados rebeldes e dispensados de quaisquer favores por parte da sociedade. Caso concorresse mensalmente com uma quantia para o fundo social da sociedade o escravo ou liberto também poderia indicar outra pessoa para ser alforriada. O auxílio prestado pela sociedade era uma espécie de adiantamento dos custos, os quais deviam ser restituídos em parcelas. A finalidade era induzir nos alforriados um sentimento de “solidariedade” para com aqueles que ainda permaneciam no cativeiro e precisavam de auxílio pecuniário para indenizar seus proprietários. O pecúlio foi muito utilizado como mecanismo para a aquisição da alforria, assim, as chances dos cativos de pressionar seus senhores a lhes concederem a liberdade aumentavam muito (COSTA, 2016, p. 85).

A preferência da sociedade em ajudar os cativos era de acordo com os seguintes critérios: a superioridade do pecúlio, a mulher ao homem, saber ler e escrever, a boa conduta e a maior idade. Os cativos que tinham alguma economia

eram preferidos àqueles desprovidos de qualquer recurso. “Essa possibilidade foi reconhecida tanto pelos escravos quanto pelos proprietários. O fundo de emancipação da sociedade se apresentou como mais uma possibilidade para a conquista da alforria de diversos escravos” (COSTA, 2016, p. 87). Se não houvesse negociação e o cativo não tivesse economia suficiente para comprar sua carta de soltura, ele podia recorrer ao fundo da Sociedade Libertadora Cachoeirana pelo valor que precisasse para ficar livre.

Segundo Costa (2016) para os abolicionistas, somente a transformação do trabalho escravo para o trabalho livre impulsionaria o desenvolvimento social e econômico do país. Era preciso acabar com a escravidão para abrir o caminho para a civilização. Porém, era igualmente necessário controlar e educar os escravos e seus descendentes a fim de torná-los aptos para a vida em liberdade.

Ao analisar a ação do movimento abolicionista, a autora aponta que os fazendeiros não se intimidavam em fazer ameaças. As redes de liberdade, envolvendo intelectuais, advogados, negros livres e escravos aliavam a luta pela liberdade nos tribunais, na imprensa, nas ações de fuga e acatamento de cativos, inclusive o redator Pamponet oferecia seus serviços aos escravizados que julgassem ter direito à liberdade devido a lei de novembro de 1831. Os abolicionistas de Cachoeira também tiveram que enfrentar a ira dos proprietários, sofrendo várias ameaças, e, até mesmo, agressões físicas. “Foi o que aconteceu com Cesário Mendes, acusado pelo crime de acatamento de escravos, previsto na Lei do Sexagenário” (COSTA, 2016, p. 101).

De acordo com Costa (2016), a trajetória de Cesário Mendes, filho de José Ribeiro Mendes, revela que suas ações não se restringiam apenas ao campo legal, pois percebe-se que ele incitava fugas e acatava escravos, além de escrever diversos artigos pedindo imediatamente o fim da escravidão na província e fazer duras críticas em relação aos maus tratos e injustiças aos escravos. Nota-se que em matéria publicada, o jornal *O Asteroide* saiu em defesa de Cesário Mendes, o que é perceptível no trecho a seguir: “No entanto está preso porque condoía-se do pranto e da lágrima do escravo, o libelo de seu crime é a caridade porque o acatamento de uma vítima que foge da garra do urso senhor está estabelecido natural e humanamente como um dever de caridade, de justiça e de virtude<sup>10</sup>.”

---

10 *O Asteroide*, 15 de novembro de 1887 p. 2

Agricultores e proprietários, no mês de março de 1885, em Muritiba, acusaram Cesário Mendes de patrocinar a fuga de escravos, além de acolhê-los. Também o acusaram de extorquir as economias dos escravos, obrigando-os a trabalhar em serviços particulares. Nos anos que se seguiram, a propaganda política se intensificou, alimentando ainda mais o conflito entre abolicionistas e senhores de engenho. Possivelmente a equipe de Cesário Mendes, na época do Club Carigé, viajou para as fazendas e povoados do Recôncavo para incentivar a fuga de escravos e divulgar que a liberdade deles estaria garantida. Em 23 de julho de 1887, Cesário Mendes foi preso sob a acusação acoitar escravos. Como demonstra o fragmento do jornal *O Asteroide*: “No dia 23 de julho de 1887, foi na sua própria casa preso, arrastado, esbofeteado, cuspidado e injuriado o nosso amigo Cesário Ribeiro Mendes, como o mundo inteiro tem ciência. [...] Diremos com o nosso amigo o Sr. Dr. Fonseca, na sua importante obra se Cesário acoitou os escravos, não asseveramos mais se assim praticou obrou como cristão e cumpriu o seu dever humanitário e patriótico”<sup>11</sup>.

Quanto a postura do delegado Albernaz, o jornal *O Asteroide* sempre apresentava artigos em que criticava a sua atuação. “Para os abolicionistas, Albernaz representava os interesses dos senhores de escravos. No início de outubro após inúmeros protestos do povo e de militantes abolicionistas, o delegado foi afastado do cargo (COSTA, 2016, p. 106).

---

11 *O Asteroide*, 22 de fevereiro de 1888, p. 1.

### 3 ANÁLISE DE O ASTEROIDE

#### 3.1 O DISCURSO ABOLICIONISTA

Os abolicionistas buscavam atingir o resistente grupo de proprietários de escravos. Os argumentos, palavras e linguagens utilizadas para retratar este público tinham também a intenção de convencê-los a libertar seus escravos, mostrando-lhes que a abolição não tardaria a acontecer diante do desgaste que a escravidão vinha sofrendo. O conteúdo dos textos direcionados aos senhores demonstra a forma como os abolicionistas ligados ao periódico defendiam o encaminhamento da abolição. Desejando sensibilizar os setores escravistas, afirmavam que a libertação dos escravizados não causaria transtornos à grande lavoura. Desse modo, rebatiam a ideia predominante de um abandono generalizado das fazendas pelos ex-escravizados com o argumento de que estes permaneceriam nos locais de trabalho após a liberdade, movidos pelo sentimento de gratidão ao seu ex senhor.

“Apraz-nos reconhecer que a torrente abolicionista tem de tal sorte assoberbado os espíritos, avolumando-se em todo o império, que já se pode dizer que a grande aurora da redempção dos captivos vae apontando nos horizontes da pátria!”<sup>12</sup>. É assim que conseguimos perceber, nas páginas do jornal *O Asteroide*, sua vinculação junto ao movimento abolicionista e a divulgação de seu ideário.

Vejamos mais uma notícia sobre este mesmo assunto:

Ninguém pode mais conscienciosamente negar que a escravidão está morta no Brazil; a não serem os espíritos obsecados pelo interesse vil e baixo, d’esses que vivendo à custa do suor do escravo, passam uma vida indolente e criminosa, cevando-se no sangue do próximo e aparentando na sociedade o luxo de senhores de engenhos, todos os mais estão certos que, para felicidade geral, vai ser apagada a feia mancha impressa na larga frente do soberbo gigante americano!<sup>13</sup>.

Como podemos perceber em algumas publicações o fim da escravidão estava próximo. Alguns escravocratas, vendo que já não era mais vantajoso defender a vil instituição, passam a se declarar abolicionistas, colocando-se ao lado destes. Libertar passa a ser sinônimo de status, ninguém mais queria a pecha de escravagista, ainda que a liberdade viesse com a cláusula de prestação de serviço, ou seja, “os libertos”

---

12 *O Asteroide*, 23 de setembro de 1887, p. 2.

13 *O Asteroide*, 11 de janeiro de 1888, p. 1.

tinham que trabalhar ainda certo tempo para pagar as despesas que o proprietário teve com a compra e sustento do escravo. Com isso muitos tiveram escravos trabalhando para pagar esses gastos. Vejamos uma passagem do jornal:

A nefanda instituição toca a seu termo. É fácil prever que em seis meses não haverá mais escravos em S. Paulo. A onda cresce de dia em dia e ninguém, que se presa, pode resistir-lhe por muito tempo. Os homens da alta política, vendo o desfecho inevitável, correram apresados a collocar-se ao lado dos verdadeiros interesses da pátria e da humanidade, embora para isso fossem obrigados a fazer causa comum com o pequeno grupo até hoje desprezado e que de há muito trabalha pela libertação dos captivos<sup>14</sup>.

À medida que a abolição se aproxima, o movimento abolicionista continua sendo assunto com algumas notícias de libertações de escravos:

Os honrados lavradores drs. Honorato Antonio de Lacerda Paim, José Emilio da Costa Falcão e o distinto cidadão José Pinheiro, libertaram todos os seus escravizados e ingênuos em numero de 300 sem condição alguma, e fazendo com os mesmos contracto de serviços, ficando assim restabelecida a paz e a segurança que deve existir nos centros agrícolas<sup>15</sup>.

Em todos os artigos aparece uma ideia comum: a fuga escrava dos locais de trabalho deveria acontecer, mas sem prejudicar a ordem estabelecida. Isto revela a proposta de abolição perseguida pela folha que tinha como objetivo uma mudança que não prejudicasse a ordem social e econômica. Portanto, o discurso assumido pelos articulistas era que o trabalho nas fazendas não sofreria uma desorganização com a abolição.

Assim, a partir da leitura dos textos impressos no periódico, notamos que a linguagem utilizada sugere que o público leitor era bastante variado. A sugestão dos articulistas para mudanças nas condições de trabalho pode ter motivado proprietários a promover alforrias em massa nos primeiros meses de 1888, na tentativa desesperada de prender seus ex escravos pelo sentimento de gratidão e ficarem resguardados das consequências do abandono generalizado dos locais de produção. A quantidade expressiva de exemplares impressos revela que O Asteroide teve importante atuação no interior do movimento abolicionista, divulgando ideias antiescravistas e favorecendo a expansão do sentimento de repúdio ao escravismo.

---

14 O Asteroide, 24 de fevereiro de 1888, p. 1.

15 O Asteroide, 6 de abril de 1888, p. 1.

Deparamo-nos assim com diversos textos opinativos sobre o movimento abolicionista e a perspectiva de que ele se dissociava de uma ideia de caos social. Segue um exemplo:

a ideia abolicionista há de por certo mais tarde ser a historia mais patriótica da nossa nação, ella não quer a anarchia, quer a liberdade da raça negra que existe entre nós como propriedade de outrem, quer tão somente em direito de humanidade para nossos infelizes irmãos. A abolição da escravatura dever ser o sonho doirado de todo brasileiro, não devemos jamais tremer em ser abolicionista, porque esta ideia é a fonte perene do bem e da virtude”<sup>16</sup>.

A ideia para que não prejudicasse a ordem estabelecida era de que o senhor concederia liberdade, mas com a condição desse escravo permanecer na fazenda. Em outras palavras eles defendiam a permanência dos libertos nos antigos locais de trabalho. Esse asserto fica evidente no seguinte trecho:

E assim que nas Umburanas o cavalheiro filantropo, o pae de família probro e honrado nosso amigo senhor capitão Affonso Pedreira de Cirqueira, no dia 30 para solemnizar o decimo quinto anniversario de seu feliz consorcio, concedeu liberdade, por contracto de 2 annos a contar d’ aquella data, aos seus escravizados Moyses, Damasyo, Antonio, e Manuel, ficando também sujeitos a mesma regalia Epiphanio, e Laurindo”<sup>17</sup>.

De acordo com Alonso, a abolição é explicada a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria um mercado de trabalho livre. A contradição estrutural capitalismo-escravidão selaria a necessidade da abolição, que se imporia aos agentes (ALONSO, 2014).

É possível também recuperar em suas páginas, para além de notícias sobre o movimento abolicionista e propaganda de sua causa, cenas do cotidiano da escravidão: “Com esta epigraphe fica em nosso poder um escripto [escrito], em que se denuncia o assassinato de uma infeliz escravizada, proveniente de um bárbaro castigo, em um engenho na freguesia do Outeiro Redondo”<sup>18</sup>.

Atentemos para mais algumas notícias sobre prisão de escravos:

Pedimos a v.s., que se digne a dar liberdade a escravizada que se ache preza na cadeia desta cidade. Não precisamos dizer que a cadeia não é jaula humana, a pobre mulher além de estar na edieta de seo bom sucesso, foi espancada pelo soldado Firmino. Não comentamos o facto porque confiamos nos sentimentos da justiça v.s.”<sup>19</sup>.

---

16 O Asteroide, 8 de novembro de 1887, p. 2.

17 O Asteroide, 6 de dezembro de 1887, p. 1.

18 O Asteroide, 23 de setembro de 1887, p. 2.

19 O Asteroide, 11 de outubro de 1887, p. 3.

Ou ainda:

Continuamos a ser informado, que a infeliz escravizada, de nome Claudina, em ilegal cativeiro de Antonio Alves Pereira, residente na fazenda do Couqueiro, freguesia da Conceição da Feira, fora barbaramente surrada, a ponto de não poder erguer-se da cama, que é o seu grave estado”<sup>20</sup>.

Como relata Silvia Lara, “ainda que castigar os escravos, fosse um ato reconhecido social e legalmente, era também um ato que colocava alguns problemas: não devia ser executado sem motivos e era eminentemente corretivo. O castigo reconhecido socialmente era, pois, um castigo justo e corretivo” (Lara, 1988, p. 59). Sendo assim, o castigo devia ser moderado para ser corretivo. Castigando-se humanamente, não se devia maltratar o escravo nem ter intenção de matá-lo, pelo fato de ter custado um dinheiro (ser portanto uma propriedade privada) e não poder ser desperdiçado. A não ser que houvesse um motivo justo, o castigo deveria ser ministrado ou presidido pelo senhor e, no caso de o escravo ficar muito ferido, devia ser curado (Lara, 1988).

Em seguida temos os meios mais utilizados, ou seja, castigar com açoites e prisões. Meios que excedessem a força humana impediam que o método fosse eficaz, pois poderiam destruir o escravo e, não era “educativo”. O castigo era um direito do senhor, mesmo que executado por outra pessoa, deveria ser presidido pelo senhor, uma vez que este era o responsável, o agente. Castigar era uma incumbência necessária da condição senhorial (Lara, 1988).

Como já vimos, nos deparamos com dois pontos importantes em relação ao castigo: o que diz respeito ao senhor que castiga e o que diz respeito a eficácia do próprio castigo. Do lado do senhor, o escravo representava um investimento em dinheiro e, portanto, matar um escravo significava perder o investimento, realizar um ato contra o seu patrimônio. Havia a preocupação de limitar os excessos de castigos, pois o senhor deveria maltratar com moderação, humanidade, sem crueldade para poder educar, corrigir.

Com base nessas afirmações, o castigo físico exemplar não foi uma invenção dos senhores coloniais, ele era uma prática constante. Isto não significa, porém que os castigos nos escravos eram simplesmente repetição do que se passava no nível mais geral. O poder senhorial e a reafirmação da escravidão estavam ligados à

---

20 O Asteroide, 25 de novembro de 1887, p. 1.

reprodução de uma relação de exploração direta do trabalho. A marca nos corpos dos cativos, a sua submissão, a sua condição de escravos refirma o poder e a lei dos senhores em geral. Marcava, reativava e dava condições de continuidade ao poder daquele senhor específico sobre aquele escravo específico, disciplinando e produzindo um trabalhador particular, num local de produção próprio.

Todavia, a propaganda abolicionista feita pelo jornal não deixava de angariar seus inimigos. Um dos mais notórios foi o já citado “Delegado Albernaz”, personagem presente nas páginas do periódico, inclusive por promover perseguições à equipe do jornal:

No dia 27, sahira o nosso empregado Joao Angelo Ferreira em distribuição do 2 numero do *Asteroide*, quando ao passar pela rua da Ponte Velha, sahira-lhe de encontro o referido delegado Albernaz, acompanhado de um guarda policial, e arrancando-lhe as gazetas, as delacerace, as espancando [selvagemente] o mesmo empregado e fazendo-o recolher a cadeia”<sup>21</sup>.

Como nos mostram as notícias, havia uma perseguição constante por parte do delegado Albernaz ao jornal pelas publicações feitas em favor do abolicionismo. Identificado com os escravocratas do município, o delegado em exercício se tornou inimigo dos abolicionistas pelas perseguições contra o jornal.

As acusações contra o delegado cumpriam um papel desmoralizador, tendo como alvo principal o delegado Albernaz, definido como ignorante e sem moralidade, homem de fraca intelectualidade, irascível, sem o mínimo conhecimento das leis deste país (SOUZA, 2010, p. 110).

De acordo com *O Asteroide*, em determinado momento, os srs. Olympio Pereira da Silva, proprietário da tipografia em que o jornal era impresso, e Manuel Fontes Moreira, foram presos pelo fato de distribuírem o jornal. Segundo o mesmo, isto provocou a revolta da população, que se voltou contra a arbitrariedade. “O povo esgotado a paciência depois que vira correr sangue cachoeirano, reagiu com força, no mesmo dia em que essa autoridade prendia violentamente dois abolicionistas; e esbofetiava a um velho octagenario; feria mortalmente a um filho d’este, e a muitos outros cidadãos!”<sup>22</sup>.

Há dois mecanismos que definiram as linhas do movimento escravista. De um lado tinha os ativistas que usaram o antagonismo dos primeiros movimentos

---

21 *O Asteroide*, 30 de setembro de 1887, p. 2.

22 *O Asteroide*, 11 de outubro de 1887, p. 2.

abolicionistas e o adaptaram às condições brasileiras. Do outro lado, o jogo do poder, os abolicionistas definiam estratégias de acordo com a posição do governo e de seus opositores na sociedade.

O abolicionismo brasileiro ocorreu no momento em que o próprio fenômeno do movimento social foi inventado. No entanto, sua modernidade é descrita pela diversidade de estratégias, estrutura de rede, alianças internacionais. O impacto do movimento excede seus momentos permanece fragmentado por muito tempo, enraizado nas práticas políticas do país. Vejamos agora a publicação do jornal *O Asteroide* sobre o dia 13 de maio:

Milhares de almas que enchem os dias sem o menor lenitivo ao tristonho e acerbo sofrimento, qual o enfermo que vê escoar-se enfadonhas horas sobre o leito em dores, sem mais esperança da vida, para o qual tudo perdeu-se assim foi a raça proscripta. Assim a raça que tinha por sorte o martyrio do corpo, o aniquilamento do espirito, para o qual não havia o princípio de caridade, para o qual não tinham a equidade, que a moral ensina assim foi a raça proscripta. No Brazil não há escravos<sup>23</sup>.

Seria, contudo, esta, uma libertação efetiva? Percebe-se em algumas notícias publicadas que senhores estavam libertando seus escravos, porém, em outra publicação feita pelo jornal, podemos ver que esta não era a regra geral para o que estava ocorrendo: “Os abusos com que, os inconvertíveis ex pertencos possuidores do elemento escravo, querem macular a magna e diamantina lei de 13 de maio do corrente anno, requeram, severa punição da parte d’aquelles, a quem está confiada a execução das leis”<sup>24</sup>.

Compreender o abolicionismo, seus oponentes e o progresso político do processo de abolição é importante porque o fim da escravidão foi um divisor de águas na história brasileira, mas também porque a natureza desse fim ainda se reflete em formas de desigualdade hoje em dia.

### 3.2 POETAS E ANÚNCIOS: OUTRAS FACES DE UM JORNAL ABOLICIONISTA

Fazendo a análise dos poemas que aparecem no jornal podemos perceber que aparece a autoria de quem os escreveu. Tinham como inspiração para a escrita

---

23 *O Asteroide*, 19 de maio de 1888, p. 1.

24 *O Asteroide*, 19 de junho de 1888, p. 1.

assuntos que provavelmente eram decorrentes em torno da população. Como se tratava de um jornal que se autodeclarava abolicionista era comum que em suas páginas o abolicionismo fosse o principal assunto e logo fosse tema também para os poetas locais que ganharam o seu espaço para a publicação de seus poemas. É como aparece neste soneto da autoria de Almeida Nuro que em poucas palavras podemos perceber que o assunto gira em torno do abolicionismo, ele faz referência ao movimento que já estava acontecendo em solo americano. Como aparece no trecho do soneto “Brilha a luz da liberdade neste solo americano com suave claridade, qual não tem o sol brittano!”<sup>25</sup>.

#### SONETO

Brilha a luz da liberdade  
N'este solo americano!  
Com suave claridade,  
Qual não tem o sol britanno!...  
Brazileiros soberanos  
Da terra da Santa Cruz,  
Adorem os arcanos  
Que nos inspira, seduz...  
Hoje a par da egualdade  
Impera a fraternidade,  
Pois somos todos irmãos  
Já podemos dar mil bravos  
A'quelles que outr'ra escravos  
Alegres dão-nos as mãos!...  
Cachoeira, junho de 1888.

Almeida Nuro  
Fonte: O Asteroide

---

25 O Asteroide, 15 de junho de 1888, p. 2.

Podemos perceber também poesias que de uma forma velada traziam como assunto a mulher. Possivelmente eram citadas nos poemas escritos por homens pois acreditavam que elas os feriram ou magoaram seus sentimentos. É como acontece no poema de autoria de Carvalho Ramos onde ele se pergunta o que é o amor: “Visão acerba que nem um allivio traz a quem, nas dores da vida, lamenta a crença trahida no riso do satanás”<sup>26</sup>.

Fazendo a análise das propagandas podemos perceber diferentes anúncios no jornal. Provavelmente quem tinha suas publicações anunciadas apoiava o movimento abolicionista ou era bem visto na sociedade. Entre os anúncios estavam o “Café Muido” que pertencia a Manuel Fontes Moreira que se afirmava como “o verdadeiro café de que as exmas. famílias, e mais amadores podem fazer uso sem o mínimo receio de que seja um produto falsificado ou destituído do seu verdadeiro paladar”<sup>27</sup>.

#### *CAFÉ' MUIDO*

*Manuel fontes Moreira, continua com o seu fabrico de café muido, como é geralmente conhecido.*

*Este café é o verdadeiro café de que as exmas famílias, e mais, amadores podem fazer uso se o mínimo receio de que seja um produto falsificado ou destetuido do seu verdadeiro paladar, pois o seu fabricante além do conhecimento profissional que tem nesta indústria só manipula o melhor café que encontra no mercado, razões estas que o coloca na altura do seu verdadeiro valor.*

*A exmas famílias que desejarem usar de um gênero tão perfeito mandarão abastecer-se do mesmo na fabrica a rua das Flores nº 24 lugar único a onde é vendido.*

*Preço 1\$000 o kilo.*

Fonte: O Asteroide

Há outro anúncio em que Manuel Fontes Moreira importava cerveja brasileira. É a partir dessas colocações que me vem a ideia de que este senhor tinha algum

---

26 O Asteroide, 11 de janeiro de 1888, p. 2.

27 O Asteroide, 23 de março de 1888, p. 4.

papel na sociedade. Acredito que a ideia de se fabricar cerveja vem para substituir as estrangeiras e para corresponder com as cervejas inglesas como consta neste trecho: “nacionais e estrangeiras são unânimes a sua bondade, chegando alguns estes a preferir para o seu uso particular”<sup>28</sup>.

Outro anúncio que se destaca diz respeito à fabricação de vinagre. Novamente um produto em que ele mesmo produz para substituir o de Lisboa: “O de primeira qualidade tem substituído perfeitamente o de Lisboa e muitas casas que vendiam deste tem-no substituído por aquele”<sup>29</sup>. Percebemos que em uma única página do jornal há três anúncios em que Manuel Fontes Moreira aparece para divulgar seus produtos. Certamente essas mercadorias estavam em alta para serem anunciadas.

---

28 O Asteroide, 23 de março de 1888, p. 4.

29 O Asteroide, 23 de março de 1888, p. 4.

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho permitiu verificar como se construía a defesa da abolição nas páginas do jornal “O Asteroide” e com isso como a historiografia debateu a escravidão e pôr fim a análise do periódico O Asteroide e sua contribuição para os estudos historiográficos referentes ao abolicionismo.

Escolhi este tema, não pela facilidade, mas pela contribuição que a pesquisa pode ter. Como já foi citado há uma enormidade de trabalhos sobre a escravidão e também tratando sobre o abolicionismo, mas ao analisar o periódico “O Asteroide”, visamos contribuir com essa discussão historiográfica.

De certa forma o jornal foi importante pois incomodou a elite local escravocrata, que naquele período resistia a propaganda abolicionista. O jornal começou a circular em um momento em que a continuidade do cativo era tema central nos debates entre proprietários de escravos e demais pessoas da sociedade.

Referências à violência física e também psicológica de senhores contra escravos circulavam com certa frequência nas páginas de O Asteroide. Era denunciado o comportamento de muitos proprietários e se buscava demonstrar a insustentabilidade das relações escravistas que muitas vezes eram caso de polícia.

A questão da violência chegou a atingir os próprios redatores, pois o próprio delegado não aceitava a chegada da abolição e a distribuição do jornal.

O periódico em suas páginas não abordava penas as cenas da escravidão ou como a abolição estava próxima, em suas folhas havia espaço para pessoas da sociedade publicar seus poemas e também seus produtos.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. In: **Novos Estudos**, nº 100. São Paulo, USP, 2014.

COSTA, Manuela Areias. **O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manuel Tranquilino Bastos (Cachoeira-BA, 1884-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ (Programa de Pós-Graduação em História Comparada), 2016.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SOUZA, Jacó dos Santos, **Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista Cachoeirana (1887-1888)**, Santo Antonio de Jesus: UESB (Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local), 2010.